

## CULTURA, PATRIMÔNIO E TURISMO: NARRATIVAS E SOCIABILIDADES URBANAS

---

*Data de aceite: 02/10/2023*

### **Maria de Fátima Bento Ribeiro**

Professora Associada da Universidade Federal de Pelotas/UFPEL, no curso de Bacharelado em Relações Internacionais. Pós-doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE. Doutora em História na área de Política, memória e cidade, pela Universidade Estadual de Campinas. Mestre em História na área de História Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC/SP.

### **Claudio Renato de Camargo Melo**

Arquiteto e Urbanista. Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE Campus de Foz do Iguaçu. Mestre pelo Programa de Pós-graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural- PPGPPC/UFSM. Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ.

### **Ângela Mara Bento Ribeiro**

Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – Campus Jaguarão, RS, no curso de Tecnologia em Gestão do Turismo. Doutora em Letras na Universidade Católica de Pelotas. Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIOESTE).

O memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar.

(Michel Certeau)

O patrimônio cultural tem sido uma temática recorrente nas mais diferentes áreas do conhecimento e vem se destacando na atualidade no desenvolvimento sustentável dos diferentes territórios com a possibilidade para criação de produtos turísticos. Dois importantes documentos no âmbito internacional são as cartas do turismo cultural de 1976 e 1999. De acordo com a carta do Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) de 1976: “o turismo é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade”. Essa carta foi um instrumento de grande relevância para a área, mas o desafio frente ao número cada vez mais crescente de turistas no mundo, fez com

que novo documento internacional fosse redigido em 1999,<sup>1</sup> com intenção de responder aos problemas referentes à sustentabilidade e capacidade de carga.

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), instituição responsável por preservar, divulgar e fiscalizar os bens culturais brasileiros, pública a Revista do Patrimônio desde 1937, no entanto, somente no ano de 2019 publicou um número específico para debater o tema do turismo e patrimônio. De acordo com Kátia Bogéa, atual presidente do instituto: “Pela Primeira Vez a Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional tem como tema ‘turismo e patrimônio’ apresentando casos emblemáticos de práticas de gestão”. O que notamos é uma guinada para o setor turístico em especial para o “Patrimônio e Turismo”, o que revela o protagonismo do patrimônio para potencializar o turismo como forma para o desenvolvimento sustentável. Também sabemos que as decisões englobam relações de poder, força política etc., no entanto é inegável o papel do turismo para o desenvolvimento sustentável.

No passado, os modernistas, figuras centrais no debate e nas políticas de patrimônio, eram contrários a combinação dessas duas áreas, “curiosamente, nos discursos dos modernistas do patrimônio, o turismo sempre foi classificado como uma fonte de perigo algo que deveria ser mantido a distância, na medida em que se pretendesse que o patrimônio não perdesse sua identidade” (Gonçalves, 2015, p.220)

No presente, o turismo é uma estratégia para o desenvolvimento sustentável e promoção do patrimônio em vários países. Segundo Zurab Pololikashvili: “O turismo pode não só ser uma fonte significativa de renda e desenvolvimento econômico, mas também contribuir para a salvaguarda e promoção do patrimônio cultural. Por isso, fomentar o crescimento sustentável do setor é uma das prioridades atuais da Organização Mundial do Turismo.” (2019, p.33)

## **CIDADE, CULTURA, PATRIMÔNIO**

Refletir sobre a cidade, partindo das referências culturais de patrimônio histórico e cultural é um desafio para pensarmos as cidade do século XXI, bem como o papel da cultura e do patrimônio que nesse século vem sendo explorado pelo seu potencial econômico no setor turístico. Pelotas, cidade situada no sul do Brasil, próxima da fronteira com Uruguai, que possui um acervo de “significativo valor histórico, urbanístico e paisagístico”, com ênfase no patrimônio arquitetônico.

Pelotas recebeu também o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (29 edição / 2016), na categoria iniciativas de excelência em promoção e gestão compartilhada do patrimônio Cultural. Essas indicações são fruto de trabalho de agentes dos mais diferentes setores e instituições, que acreditam na cultura e no patrimônio como vetor de desenvolvimento, porém, sabemos que a cultura não resolve problemas estruturais da

---

<sup>1</sup> Esta carta será revisada devido ao impacto causado pelo grande número de turistas no campo dos monumentos e sítios.

sociedade, no entanto, associada ao patrimônio e ao turismo pode ser uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável.

De acordo com a prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas, o início da década de 1980, ano de criação do Conselho Patrimônio Histórico e Cultural<sup>2</sup>, marcou também o início de uma “consciência coletiva” de um trabalho preservacionista na cidade, cabendo uma comparação com a cidade de Jaguarão, que também recebeu o título de patrimônio brasileiro pelo IPHAN em 2011. É nos anos 1980 que se inicia o debate de preservação e as primeiras discussões em relação às políticas públicas para o patrimônio. Portanto, podemos afirmar que para cidades do sul, com patrimônio tombado no século XXI, é na década de 80 do século passado em que identificamos o início da busca de políticas para o patrimônio.

O início do debate da cultura e do patrimônio nos municípios é reflexo do predomínio da temática que invade o país na década de 1980, em que o debate se intensifica e a ampliação da noção de patrimônio cultural. Segundo Marcia Chuva, “tal ampliação tem sido explicada em função da guinada antropológica no âmbito das ciências sociais, a partir do qual a cultura passou a ser observada como processo, e as relações cotidianas tornaram-se objetos de investigação.” (CHUVA, p.157, 212)

No Brasil, a constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio, de forma a incorporar conceitos de referência cultural para definição de bens passíveis de reconhecimento, de caráter imaterial. O Artigo 216 da Constituição conceitua patrimônio cultural como sendo os bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Até a década de 1980 o debate patrimonial era ainda focado no estado nação, a década de 80 trouxe para o cenário novos debates, novos personagens, o que provocou uma mudança nas abordagens que passaram a incluir personagens periféricos, ampliando conceitos, como o de patrimônio que passou a incorporar além da cultura material, referências de natureza imaterial. Principalmente com a constituição de 1988, conhecida como constituição cidadã, é que se apresenta o reconhecimento “oficial” da memória de diferentes grupos bem como a valorização da cultura dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

A constituição Federal de 1988, no seu artigo 215 refere-se também ao direito à cultura: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização das manifestações culturais”. Cultura, patrimônio são importantes áreas quando entrelaçados com o turismo e podem contribuir para a geração de empregos, da cidadania cultural como, por exemplo, na “busca do lazer pela cultura”. É importante lembrar que o turismo contribui para valorização do patrimônio, pois, falar de patrimônio é falar de cultura, de memória de um povo, de um

<sup>2</sup> Em 1982 por meio da lei ordinária 2708 foi criado o Conselho Patrimônio Histórico e Cultural.

país, do mundo.

Déa Fenelon nos ensinou que os equipamentos culturais constituem-se em bens públicos e a cidadania cultural diz respeito à “preservação do patrimônio cultural envolve as questões pertinentes à preservação do patrimônio cultural e a acrescentando a ela o direito da memória”.

## DIA DO PATRIMÔNIO

O dia do Patrimônio é comemorado nacionalmente no dia 17 de agosto, data comemorativa do aniversário de Rodrigo de Melo Franco de Andrade<sup>3</sup>. Em 2013, quando a prefeitura da cidade de Pelotas realizou o primeiro dia do Patrimônio com o título “o que é patrimônio”<sup>4</sup>, organizamos uma programação para fazer parte do evento no Centro de Integração do Mercosul<sup>5</sup>, que incluía sarau de poesia, mostra de fotografia e um passeio guiado no entorno da praça Coronel Pedro Osório, no centro da cidade. O objetivo da nossa programação de passeio guiado no entorno da praça era o de apresentar, no dia do Patrimônio, uma narrativa que trouxesse a presença do afro-brasileiro, da cultura afro-brasileira em nossa cidade a partir da leitura dos espaços da cidade, partindo do Mercado Público para a Praça.

Existe um livro escrito pelo historiador Mario Osório Magalhães, “Uma volta pela Praça e pela volta da Praça”<sup>6</sup>, que traz uma narrativa do urbano a partir da Praça, o relato tem como objetivo mostrar os mais diferentes monumentos que se encontram no interior da praça, como a estátua do Coronel Pedro Osório, que se localiza em uma das entradas, Chafariz oriundo da França na parte central, o lago, as árvores, o relógio do sol, o teatro Sete abril, um dos mais antigos do país, e os casarões no seu entorno, aspectos materiais que ganham destaque na obra. Conforme fragmento do livro que foi destinado ao público infanto-juvenil: “Também é um monumento, que é feito de bronze, mas que também se chama de chafariz porque tem uma fonte, porque de dentro dele se jorra água...”. O chafariz da praça, por exemplo, ao invés de ser narrado com ênfase apenas nos aspectos materiais, resolvemos trazer outras narrativas históricas e culturais, mostrar que ali existia o pelourinho, que era o local onde o africano escravizado era castigado:

Na praça principal do centro da cidade de pelotas, onde hoje encontramos o imponente Chafariz das Nereidas, outrora se impunha o pelourinho. A fonte d'água, que foi importada juntamente com outras duas, representou uma época de riqueza e opulência de nossa cidade. Riqueza gerada pelo ciclo

3 Um dos fundadores e primeiro presidente o IPHAN

4 O evento prevê diversas atividades como visitação guiada a prédios históricos, manifestações artísticas ao ar livre, oficinas, exposições, apresentações teatrais e musicais etc. Os principais prédios históricos do município ficam abertos para receber o público em geral, com a orientação dos agentes do patrimônio. Cf. material de divulgação “Encante-se com Pelotas”.

5 O centro de Integração do Mercosul é uma das unidades da Universidade Federal de Pelotas.

6 Na época em que organizamos nossa programação desconhecia o livro do escritor pelotense o que motivou escolha do passeio pelo centro da cidade foi mostrar a referência aos “territórios negros” na cidade partindo da reflexão da música do artista pelotense que reivindica fazer parte do patrimônio da cidade.

de charque, essa mudança ocorre em 1873, portanto, próximo a abolição da escravidão. (ÁVILA; RIBEIRO, 2013, p.2)

Trabalhar com acervo arquitetônico histórico e cultural da cidade revelando seus espaços, territórios, pode ser uma experiência enriquecedora, por exemplo, em Pelotas, no entorno da praça, se encontram o “maior número de exemplares arquitetônicos construídos no período de 1879 a 1930”.<sup>7</sup> Espaços que se constituem em território da memória e sua relação com suas tradições e saberes. O livro do historiador Mario Osório revela-se como uma obra muito interessante, pois propõe esse exercício de conhecer a cidade e sua história por meio do espaço urbano, dos monumentos, da arquitetura.

Para um relato do passado, no livro de Osório, os nomes da praça, por exemplo, aparecem atrelados ao seu tempo na história do país. No período do Império, época em que o Imperador gozava de prestígio político, o nome da praça era Pedro II, mas, com a implantação da república, passa a se chamar Praça da República. A obra marca, portanto, o registro de vários períodos históricos. Obras de artistas importantes, como esculturas<sup>8</sup> do pelotense Antônio Caringi, um dos mais premiados do Rio Grande do Sul, que fazem parte do acervo a céu aberto são descritas como “monumentos”, porém, o objetivo principal do trabalho é, “ressaltar a história dos prédios e monumentos que fazem parte do seu centro histórico”.

A praça, as esculturas presentes em seu interior, os casarões no entorno da praça contribuem para leitura espacial da cidade tendo a arquitetura, paisagem e arte como fonte de leitura do passado. O trabalho de Mario Osório é didático-pedagógico ao ensinar o passado com foco no futuro, não é por acaso que o livro foi escrito pensando no público infantil.

Conhecimentos são transmitidos a partir da história local com ênfase na arquitetura da cidade. Os casarões construídos são produtos de uma época de crescimento econômico advindo da riqueza do charque. Não foi por acaso que Pelotas passou a ser considerada Patrimônio do Brasil, pela sua rica arquitetura de seus casarões, e também pela convivência na cidade de uma população multiétnica, que forneceu subsídios para rica tradição doceira do lugar e de uma musicalidade presente no ritmo das baterias das escolas de samba e dos blocos burlescos de carnaval da cidade.

Michel de Certeau nos ensinou a importância de caminhar pela cidade “os passos tecem lugares, moldam espaços, esboçam discursos”, uma forma de perceber a cidade é caminhar por ela, nossa intenção ao propor o passeio pelo entorno da praça também era provocar uma reflexão crítica ao mostrar os espaços que remetem a história da população negra e o apagamento dessa memória.

A experiência da escravidão marcada pela violência e uma memória perturbadora

7 <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=445798&view=detalhes>. Acesso em 28/09/2019

8 Em Pelotas na praça Coronel Pedro Osório existem 4 obras do escultor: Monumento ao Coronel Pedro Osório, As três idades do trabalho, Monumento ao Brusque Filho e Monumento às mães.

que nem sempre aparece nas narrativas dos espaços da cidade, os lugares que remetem essa parte triste da nossa história foram sofrendo um processo de apagamento, o que se observa no entorno da praça são os casarões que formam o belo centro histórico da cidade, reconhecidos em 2018 pelo IPHAN como patrimônio do Brasil.

Encontramos nas obras de artistas afro-brasileiro, habitantes da cidade, uma abordagem de identidade na produção de sua arte, uma reivindicação de direitos políticos e culturais, que se insere como pós memória, ou seja, uma memória transmitida ao longo do tempo de um evento traumático, que marcou e continua marcando a história dos afro-brasileiros.

Sabemos que o conceito de pós-memória está atrelado a experiências de uma geração para outra, “que descreve a relação posterior aquela que testemunhou traumas culturais e coletivos[..]” (SELIPRANDY, 2015, p.124), no entanto, para os moradores da cidade, os efeitos provocados pela exclusão continuam vivos no presente, produzindo sentidos no cotidiano.

Como podemos observar em um fragmento da letra de uma canção, do artista pelotense Eduardo Amaro, que afirma: “Faço parte do acervo da cidade”, é a experiência do viver a cidade que aparece e que transforma espaço em territórios, tensionado e questionando as narrativas oficiais. É o direito à memória. Qual a relação que os moradores de uma cidade tem com seu patrimônio histórico e cultural?

A cidade de Pelotas tem uma herança cultural afro-brasileira muito marcante, pois, no passado, foi importante centro charqueador no país, o que possibilitou uma forte presença negra. A cultura de matriz africana surge nas mais diferentes formas de organização cotidiana, como por exemplo, na gastronomia, religiosidade, música, carnaval, com destaque também para a presença dos blocos burlescos.

O Brasil possui uma das maiores população negra do planeta devido ao passado de colonização, em que a mão de obra utilizada foi do africano escravizado. Segundo Lília Moritz Schwarcz, “a escravidão foi bem mais que um sistema econômico: ela moldou as condutas, definiu desigualdades.”, ainda de acordo com autora, sobre escravidão, “um sistema como esse só poderia originar uma sociedade violenta e consolidar uma desigualdade estrutural no país.” (SCHWARCZ, p.29, 2019) Para Moritz, a escravidão nos legou uma sociedade autoritária. No Brasil, a relação entre os governantes e a população negra e pobre está longe de serem solucionadas, as estatísticas são assustadoras e todo dia recebemos notícia da morte de jovens negros.

Para Darcy Ribeiro, no passado foram mais intensas as lutas de resistência dos índios e dos negros contra a escravidão, “foram as lutas mais longas e cruentas que se travaram no Brasil”. Para o autor, “a primeira tarefa cultural do negro brasileiro foi a de aprender a falar o português que ouvia aos berros do capataz.” E apesar de toda opressão e violência se reinventa: “Conseguindo miraculosamente dominar a nova língua, não só a refez, emprestando singularidade ao português do Brasil, mas também possibilitou sua

difusão por todo o território, uma vez que nas outras áreas se falava principalmente a língua dos índios, tupi-guarani”. (RIBEIRO, p.166, 2015)

Interessante de mencionarmos que o Brasil mesmo tendo suas fronteiras na América do Sul, em que os países falam espanhol, é o único que fala português. Ribeiro destaca ainda a criatividade do afro-brasileiro na música, futebol, ritmos, sabores, na religiosidade afirmando que “o negro vem a ser, por isso, apesar de todas as vicissitudes que enfrenta, o componente mais criativo da cultura brasileira e aquele que, junto com os índios, mais singulariza o nosso povo.” (RIBEIRO, p.168, 2015)

Pelotas é uma das cidades do Rio Grande do Sul com o maior número de afro-brasileiros, é e comum nas obras dos artistas e militantes pelotenses questionarem esse patrimônio e os diferentes discursos construídos sobre o Patrimônio, como por exemplo, a letra da canção que afirma fazer parte do acervo da cidade, assim, como todos os descendentes de escravizados, afinal a memória é também um campo de disputa, é o ato de lembrar, é uma ato político.

Se no passado do charque o espaço do africano escravizado foi o trabalho forçado e no momento da abolição um difícil processo de inclusão que ainda não foi superado, como demonstram as estatísticas de violência. A cidade na contemporaneidade aparece como “categoria da prática social, como elemento constitutivo dos processos históricos e da construção de seus moradores.” (PEIXOTO; TOMELIN, p.4, 2017). Se questiona ausências do passado, é do futuro que fala, fazer parte do acervo é reivindicar um direito de cidadania, democracia social.

Caberia uma citação de Beatriz Sarlo, ao estudar os processos do “lembrar e esquecer”:

A relação entre memória e esquecimento pode-se objetivar num discurso, mas, para que a relação exista, deve também existir o documento capaz de dar a memória pelo menos a mesma força do esquecimento: um documento que se impunha como pilar da memória, e que a memória tende inevitavelmente, a rejeitar. (2005,p.41)

O intelectual registra suas reflexões e impressões da cidade por meio do livro impresso, os artistas têm na produção de sua arte enquanto “arquivo vivo” uma forma de procurar dar visibilidade ao sujeito que representa no tempo presente uma memória atribuindo sentidos e significados a sua fala, que é reveladora de tensão e conflitos. Mas, o que é Patrimônio? Para que serve?

Patrimônio é uma categoria ocidental que remete ao conjunto de bens materiais e imateriais produzidos pela cultura, de relevância histórica, portanto, valorização da memória e da história de um povo. O artista usa argumento e afirma que “faço parte do acervo da cidade”, o que é revelador para a forma como se sentem excluídos os moradores da periferia, revelando “fronteiras simbólicas”, que são construídas no espaço urbano, ao afirmar por meio de sua poesia o pertencimento ao acervo da cidade. Fazendo isso, cobra direitos,

pois, a cidadania envolve também, “ao sentimento de pertencer, compartilhar interesses, memórias e experiências com outrem, sentir-se parte de uma ampla coletividade, possuir valores em comum e sentimentos profundos de identificação”. (ARANTES, 2000, p. 132)

Em 2016, o dia do Patrimônio realizado pela prefeitura contemplou a temática “Ocupação feminina”. Entre outras atividades desenvolvidas no Centro de Integração do Mercosul, repetimos novamente o passeio pelo entorno da praça, realizamos sarau poético, contação de histórias e organizamos uma mostra da importância sobre o papel da mulher negra na sociedade pelotense em finais do século XIX, com destaque para a presença feminina, ocupando os espaços da cidade, das “Tias Minas”, que vendiam quitutes para seu sustento”, mulheres pobres, negras, que ocupavam as ruas da cidade marcando a importância da culinária dos doces, que mais tarde seriam uma marca de referência nacional da cidade de Pelotas.

Pelotas recebeu o título de “Capital Nacional do Doce”, realizando sua primeira festa nacional do doce, Fenadoce, em 1986, sendo considerado um dos eventos mais importantes do Rio Grande do Sul. Marcando a culinária que vem da tradição portuguesa dos doces, que sofreu influência de diferentes culturas. De acordo com o material de divulgação da cidade: “Recebe essa titulação devido à industrialização das receitas tradicionais de doces portugueses, que posteriormente foram aperfeiçoados por imigrantes alemães, italianos e africanos.”<sup>9</sup> Os doces são articulação entre vários grupos sociais, várias etnias, híbrido, multicultural. A tradição doceira de Pelotas foi inscrita pelo IPHAN no livro de registro, em maio de 2018, e considerada patrimônio Imaterial do Brasil.

Além da certificação de autenticidade, em maio de 2018, o instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) designa a região Doceira de Pelotas como Patrimônio Imaterial do Brasil, concluindo o processo de reconhecimento das duas tradições que distinguem Pelotas como região doceira: os doces finos e os coloniais feitos à base de frutas, entrando no registro ainda os municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Turuçu e Morro Redondo, que originalmente pertenciam a Pelotas.<sup>10</sup> (Folder de divulgação “Encante-se com de Pelotas”)

De acordo com a publicação “Patrimônio Vivo: Projeto Monumenta”, os doces pelotenses têm uma narrativa que nos leva para década de 1840, marcando presença feminina na história e na memória, “irmandades de mulheres católicas costumavam ofertar bandejas de doces preparadas com esmero para algumas comemorações religiosas” (2007, p.95).<sup>11</sup>

Quindim é um dos doces de maior consumo e preferência dos moradores de pelotas, é um doce híbrido em sua origem e é muito usado na religião de matriz africana: “Os negros, desde o princípio aprenderam a fazer os doces de bandeja, que mais tarde usariam

---

9 De acordo com material de divulgação “Encante-se com Pelotas”, são mais de 200 tipos de doces, incluindo as receitas tradicionais que possuem certificação de autenticidade.

10 Idem

11 Patrimônio Vivo. Brasília, DF: Programa Monumenta, 2007.

no culto aos orixás” (2007, p.105) Nas ruas da cidade é comum encontrar esse doce nas oferendas nos espaços urbanos.

## **PATRIMÔNIO IMATERIAL DA CIDADE**

Em 17 de janeiro de 2017, por meio da Lei Municipal N° 6.424, o Bloco Burlesco Bafo da Onça foi considerado Patrimônio Imaterial do município de Pelotas/RS, sendo talvez, o primeiro bloco burlesco classificado como Patrimônio Imaterial no Brasil. Essa lei coloca em questão para pensarmos o patrimônio da cidade, valorização das comunidades da periferia e a sua relação com espaços urbanos a cultura e o turismo.<sup>12</sup>No carnaval de 2017 com os cortes de verba para festas, com recursos oriundos de Edital N° 003/2016, o bloco Bafo da Onça foi a única entidade carnavalesca que ocupou as ruas da cidade com o tema “Nosso Patrimônio”.

O bloco tem uma história muito interessante, formado na década de sessenta do século passado, época da ditadura militar, momento em que se temia a repressão, a censura e a violência emanadas do Estado brasileiro, e mais, tem um padre da igreja católica como um importante articulador, que recebeu “voto de silêncio” por parte da igreja católica, o que torna a história e a memória do bloco singular. Nos desfiles, os moradores conseguiam fazer críticas, por meio, da irreverência e do deboche, que é uma característica dos blocos burlescos.

O bloco fundando na década de 1960, como Bloco Burlesco<sup>13</sup> Bafo da Onça, composto por integrantes do bairro Simões Lopes, tradicionalmente, busca expressar a irreverência e o riso no carnaval pelotense como forma de manifestação popular. De acordo com Heloisa Buarque de Holanda, os anos sessenta do século passado foram marcado por um “efervescência política e intenso clima de mobilização”, em que ganha destaque “a arte popular revolucionaria”, de acordo com autora:

A função desempenhada pela arte popular revolucionaria” corresponde a uma demanda colocada pela efervescência política cultural da época. Apesar de seu fracasso enquanto palavra política e poética, consegui, no contexto, um alto nível de mobilização das camadas mais jovens de artistas e intelectuais a ponto de seus efeitos poderem ser sentidos até hoje. (1980, p.28)

O bloco burlesco apresentava desfile de forma crítica, refletindo o momento que corresponde a grande mobilização cultural no país marcada por uma produção cultural de esquerda, “estará nesse período pré pós 64 marcada pelos temas dos debates político” (BUARQUE, 1980, p.17). Ainda de acordo com as reflexões de Buarque “o efeito principal

---

<sup>12</sup> Decreto 3.551, que institui o registro dos bens culturais de natureza imaterial no ano de 2000.

<sup>13</sup> O carnaval pelotense tem como peculiaridade os blocos burlescos, grupos que variam entre 80 e 800 componentes, formados pelas comunidades de bairros ou zonas da cidade, que desfilam satirizando tudo e todos. Eles apresentam carros alegóricos montados com poucos recursos financeiros, porém com muita criatividade, o que se pode observar principalmente nas fantasias. Entre estas, salienta-se a antiga tradição dos homens saírem vestidos de mulheres, com produções e figurinos que vão do mais chique ao mais chulo (MAIA, 2008, p. 19), o que evidencia nos dias de hoje as ressonâncias da carnavalização teorizada por Bakhtin.

do golpe militar em relação ao processo cultural não se localizou, num primeiro momento, no impedimento da circulação das produções teóricas e culturais de esquerda”.

As críticas à sociedade e aos costumes eram (re) produzidas de várias maneiras, como, por exemplo, nas performances do grupo carnavalesco caracterizados com os mais diferentes figurinos, utilizando-se de cartazes com palavras contestadoras, irônicas e/ou que emergiam deboches, no propósito, à princípio, de protestar contra políticos corruptos e autoridades.<sup>14</sup>

No ano de 2013, o Bafo da Onça completou 50 anos de atividades e foi homenageado pela Prefeitura Municipal de Pelotas, em reconhecimento da sua história e memória. O bloco faz parte da memória afetiva que os moradores têm da cidade, é uma referência que aparece nas narrativas que reverbera a relação de pertencimento com a cidade de diferentes gerações, pois, nesse momento o espaço urbano é apropriado de fato pelos moradores, muito desses da periferia da cidade, que se sentem excluídos do centro histórico.

O reconhecimento do bloco burlesco bafo da onça como patrimônio imaterial da cidade foi uma conquista para a comunidade e a reivindicação de uma política pública local em reconhecimento da cultura popular, comemorado pelos componentes do bloco, que saíram e marcaram presença no desfile de 2017, com a camisa que trazia a frase estampada: “Nosso Patrimônio”.

Espera-se que o reconhecimento traga visibilidade para o bloco como desenvolvimento de projetos de ação cultural contribuindo, também, para auto-estima dos moradores da periferia e com o tempo possam de fato trazer benefícios para comunidade se transformando num espaço importante para o empoderamento e protagonismo do conjunto dos moradores do bairro, como por exemplo, os moradores da comunidade Santa Fé, localizada na parte mais carente do bairro, conhecida como comunidade do beco.

Conforme apresentado no trabalho desenvolvido pela pesquisadora Georgina Helena Lima Nunes, a comunidade remete a um quilombo urbano: “que contam com a tradição do bloco burlesco bafo da Onça como somatório a tradição festeira de jovens e crianças, que contam a sua história através da musicalidade negra que se iniciou nas festas comunitárias.” A população da periferia possui todo um ritmo, uma musicalidade, que aprendem de maneira espontânea no cotidiano.

Aqui, o bloco no bairro Simões Lopes aparece para comunidade como um território conhecido, um espaço vivido, que foge da lógica dos urbanistas, dos legisladores, sim, espaço apropriado “constituído de relações sociais e culturais” (ROLNIK, Raquel, p. 137, 1999).

Uma questão nas reflexões do patrimônio é o valor, é uma premissa importante para reflexão do campo do patrimônio como nos mostra Ulpiano de Menezes, ao trazer para o debate a constituição de 1988 e mostrar que quem institui o valor cultural não é o poder público e sim a sociedade.

---

<sup>14</sup> De acordo com dossiê para fins da lei de registro

Era o poder público que instituía o patrimônio cultural, o qual só se comporia de bens tombados. O tombamento, portanto, tinha papel instituinte do valor cultural –daquele valor que credenciava a inclusão do bem num rol formalmente definido. Ao inverso a nova Constituição Federal reconheceu aquilo que é posição corrente, há muito tempo nas ciências sociais: os valores culturais (os valores, em geral) não são criados pelo poder público, mas pela sociedade. (2009, p.33)

Para Menezes, o estado pode participar da “criação desses valores”, no entanto, o poder público tem “um papel declaratório e lhe compete a proteção”. Para o autor, a novidade a partir da Constituição de 1988 foi “deslocar do estado para a sociedade e seus segmentos a matriz do valor cultural”. Os doces pelotense e o bloco burlesco bafo da onça são reconhecidos como patrimônio imaterial da cidade, com diferença que os doces fazem parte do tombamento nacional e o bloco burlesco do tombamento municipal. Ambos são a valorização da cultura imaterial, híbrida das comunidades com uma forte marca da cultura afro-brasileira.

Atualmente, o turismo de base comunitário, patrimônio imaterial que tem ganhado destaque no espaço latino-americano, aparece na cidade de Pelotas em função da tradição doceira como uma aposta para turismo e desenvolvimento sustentável. De acordo com o artigo “Turismo de base comunitária: Tradição doceira de Pelotas” de Paula Mascarenhas e Beatriz Araújo:

Diante de tanta riqueza cultural é natural que a referência dos doces atraia visitantes, interessados não só em comprar as iguarias, mas também travar contato direto com as ancestrais famílias que as produzem. Abrem se, assim, perspectivas reais e cada vez mais estimulantes para o chamado turismo de base comunitária, o qual, sem pretender antagonizar o turismo tradicional, busca espaços para se inserir como alternativa sustentável de comércio, cultura e novas sociabilidades. (2019, p.341)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tensão entre o turismo e o patrimônio cultural é uma realidade que necessitara de medidas para solucionar a problemática do fluxo de turistas, um olhar mais atento para as demandas do futuro, pois, os números de turistas no mundo são reveladores do impacto que trará aos sítios e monumentos se não houver uma união de vários setores e uma boa gestão. Vale lembrar que quando não houver infra-estrutura, planejamento, uma política de preservação adequada, ou gestores preparados para atender a demanda dos fluxos turísticos, os efeitos podem ser mais negativos do que positivos, porém, o turismo poderá ser uma ferramenta importante no diálogo entre os órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio contribuindo para que o desenvolvimento sustentável e também para que o patrimônio local seja uma herança de fato para gerações futuras.

## REFERÊNCIAS

ARANTES, Antonio A. *Paisagens paulistas: transformações do espaço público*. Campinas: SP. Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

ARAUJO, Beatriz; MASCARENHAS, Paula. S. Turismo de base comunitária: tradição doceira de Pelotas. In: BRITO, Marcelo (org.). *Dimensão Turística do Brasil e região sul: oportunidades e desafios para a gestão patrimonial*. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 40, 2019.

ÁVILA, Cristiane; RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. Cultura, multiculturalismo e interculturalidade: as “tias minas” da cidade de pelotas-RS e seu legado cultural. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS HUMANIDADES – II CONINTER. *Anais*. Belo Horizonte, 2013.

\_\_\_\_\_. Cidade: Espaço, documento e monumento. In: XXVII Simpósio Nacional de História. *Anais*. Natal/RN, 2013.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

**CHUVA, Marcia. Por uma história da noção de patrimônio. IN: CHUVA, Marcia(org.).** *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, n.32, 2012.

DOSSE, F. O espaço habitado segundo Michel De Certeau - descontinuidade e intangibilidade da personalidade: a relação com o tempo no individualismo contemporâneo. *Revista de História da Universidade Federal de Uberlândia*. Traduções. Uberlândia-MG, n.º 9, jul.-dez. de 2004.

G ONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição. *Estudos Históricos*. RIO de Janeiro, vol.28, n. 55, p.211-228, janeiro-junho, 2015

HOLANDA, Heloisa B. *Impressões de Viagem*. São Paulo: Brasiliense, 1980

MAGALHAES, Mario Osório. *Uma volta pela praça e pela volta da praça*. EDUCAT, 2005.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. In: ANAIS, I Fórum de Patrimônio Cultural. Ouro Preto, 2009.view

NUNES, Georgina. As latas fazem ecoar: Santa Fé, a Comunidade Festeira e as Histórias do Carnaval. In: BUSSOLETTI, Denise; GILL, Lorena (orgs.). *Canavales e Carnavais: Fronteiras de uma Outra História*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 2011. p. 161-184.

PEIXOTO, Maria do Rosário; TOMELIN JR, Nelson. Cidades e Culturas urbanas em memórias, linguagens e perspectivas de presente. *Revista projeto História*(58). São Paulo: EDUSP, 2017.

POLOLIKASHVILI, Zurab. Cultura e turismo como estratégia para o desenvolvimento sustentável. IN: BRITO, Marcelo (org.). *Gestão Turística em sítios patrimoniais: boas práticas internacionais*. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional*. Brasília: IPHAN, n. 39, 2019.

RIBEIRO, Ângela Mara B. *O bloco burlesco bafo da onça e a ditadura militar: Carnaval e cultura em chave BAKHTINIANA*. Pelotas: RS, 2013. 165 p. Tese de doutorado. Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2013.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. 3ª. Global, 2015.

SANNT'ANNA, Márcia. Região doceira de Pelotas e antiga Pelotas. Parecer da relatora do conselho consultivo do patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Brasília: IPHAN, 2018

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*. São Paulo: EDUSP, 2005

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELIPRANDY, Fernando. Los rubios e os limites da noção de pós-memória. *Revista USP*, n.44. São Paulo, Superintendência de Comunicação Social, 2015.